

**HABEAS CORPUS Nº 518.384 - PE (2019/0186535-0)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : IVANILSON DA SILVA ALBUQUERQUE**  
**ADVOGADO : IVANILSON DA SILVA ALBUQUERQUE - PE033626**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PACIENTE : DANIEL GOMES DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** impetrado em favor de DANIEL GOMES DA SILVA, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi condenado pela prática dos delitos tipificados no art. 33, **caput**, e art. 35, **caput**, ambos da Lei n. 11.343/2006, à pena de **19 (dezenove) anos de reclusão**, em regime inicial fechado, mais multa, negado o direito de recorrer em liberdade (fl. 198).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, com vistas à reforma da sentença condenatória, o qual foi distribuído à relatoria de em. Desembargadora do Tribunal de origem em **28/11/2016** (fl. 260) e ainda aguarda julgamento (fl. 261).

Daí o presente **writ**, no qual sustenta o impetrante, em linhas gerais, que ocorre constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para o julgamento do recurso de apelação.

No ponto, ressalta que *"passados quase 02 anos da data de autuação do recurso interposto pela defesa, não temos nos autos lançado sequer o relatório ou remetido os autos para a Procuradoria do estado"* (fl. 8).

Requer, ao final, seja relaxada a segregação cautelar do paciente.

As informações foram prestadas às fls. 28-58, 72-210, 211-213, 217-227 e 232-263.

O Ministério Público Federal, às fls. 60-64, manifestou-se **pela**

**denegação da ordem**, em parecer assim ementado:

*"HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NÃO VERIFICADO.*

*1. Afasta-se a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na prisão cautelar quando a demora no julgamento da Apelação Criminal deu-se pela necessidade de realizar diligências adicionais, haja vista a ausência das razões de alguns apelantes e a necessidade de constituição de advogados por outros, expedindo-se Carta de Ordem.*

*2. Parecer pela denegação da ordem" (fl. 60).*

É o relatório.

**Decido.**

Busca o impetrante, em síntese, o relaxamento da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, ante o alegado excesso de prazo para o julgamento do recurso de apelação.

**Inicialmente**, ressalta-se que é firme o entendimento desta Corte no sentido de que eventual demora para a apreciação de recursos não configura excesso de prazo, posto que os prazos processuais não possuem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para defini-los, não se ponderando mera soma aritmética de tempo para os atos processuais.

A propósito, esta eg. Corte, de longa data, já firmou jurisprudência no sentido de considerar o **juízo de razoabilidade** para constatar possível constrangimento ilegal no prazo de constrição ao exercício do direito de liberdade.

Ilustrativamente:

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MÉRITO. ANÁLISE DE OFÍCIO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO NA PRISÃO CAUTELAR.*

QUANTIDADE DE PENA IMPOSTA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. DEMORA NA REMESSA DA APELAÇÃO AO TRIBUNAL LOCAL. PACIENTE PRESO DESDE O INÍCIO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. O entendimento desta Corte Superior é no sentido de que, embora a lei processual não estabeleça prazo fixado para o julgamento da apelação, tratando-se de recurso defensivo, a demora injustificada por circunstâncias não atribuíveis à defesa, quando o réu se encontra preso, configura constrangimento ilegal. Precedentes.

3. "É cediço que eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser aferido em face da quantidade de pena imposta na sentença condenatória" (HC 407.415/CE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 28/03/2019).

2. Na espécie, está caracterizado constrangimento ilegal por excesso de prazo na prisão cautelar. O paciente foi condenado à pena privativa de liberdade de 6 (seis) anos e 3 (três) de reclusão, no regime fechado, e se encontra preso cautelarmente há mais 4 (quatro) anos e 4 (quatro) meses, o que representa praticamente dois terços da pena imposta (prazo suficiente para progressão de regime ou livramento condicional). Houve interposição de recurso pela defesa, o qual demorou 1 (um) ano e 4 (quatro) meses para ser remetido ao Tribunal local. Levando em conta o cenário informativo, afere-se que a prisão preventiva do paciente tornou-se excessiva e desarrazoada em face da quantidade de pena imposta na sentença condenatória, não podendo mais aguardar, nesta condição, o pronunciamento do Tribunal revisor.

3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para, confirmando a medida liminar, relaxar a prisão preventiva e conceder liberdade provisória ao paciente" (HC n. 509.623/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe de 01/07/2019, grifei).

"HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. TRAMITE REGULAR. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.

**1. Não constatada demora injustificada no julgamento da apelação, que segue tramite regular, dentro de prazos que não desbordam da razoabilidade, não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo.**

**2. Ordem denegada"** (HC n. 301.646/MT, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 21/10/2014, grifei).

Insta consignar que, no bojo do **HC n. 465.927/PE**, em r. decisão de relatoria do e. Min. **Felix Fischer**, publicada no dia **25/02/2019**, foi denegada a ordem quanto a idêntico pedido formulado em benefício do ora paciente, tendo sido determinada, contudo, a expedição de recomendação ao eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco** para que imprimisse a maior celeridade possível no julgamento do recurso de apelação.

Pois bem, após a mencionada recomendação ao eg. Tribunal de origem, verifica-se que o recurso de apelação havia sido baixado em diligência ao primeiro grau, tendo retornado àquela Corte somente em **01/10/2019**, conforme consta das informações prestadas pela e. Desembargadora Relatora, às fls. 270-273, **verbis**:

*"A referida Apelação Criminal foi interposta contra sentença proferida nos autos do processo-crime n° 0045587-14.2011.8.17.0001 em 11 de maio de 2015, na qual o magistrado a quo condenou Daniel Gomes da Silva à pena de 12 anos de reclusão e 1.200 (um mil e duzentos) dias-multa pela prática do crime previsto no artigo 33 da Lei n° 11.343/06, à pena de 7 anos de reclusão e 1000 (um mil) dias-multa pela prática do crime previsto no artigo 35 da Lei n° 11.343/2006, procedida a soma das penas pelo concurso material que totalizou na pena de 19 (dezenove) anos de reclusão e 2.200 (dois mil e duzentos) dias-multa, fixado o regime fechado de cumprimento. Na referida sentença houve, ainda, a condenação de mais 21 (vinte e um) denunciados pela prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35, ambos da Lei n° 11.343/2006, 01 (um) denunciado pela prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06 e artigo 12, da Lei 10.826/03, outros 02 (dois) denunciados pela prática do crime previsto nos artigos 33 e 35 da Lei n° 11.343/2006 e art. 244-B, do ECA. Em decorrência do falecimento de 01 (um) denunciado, foi declarada a extinção da punibilidade e, por fim, com relação a 01 (um) denunciado, houve a sua submissão ao procedimento previsto na Lei 9.099/95.*

*Dos 26 (vinte e seis) denunciados condenados. 19 (dezenove) recorreram.*

**A Apelação Criminal n° 0462217-9 se trata de feito complexo e**

**com insurgência recursal de 19 (dezenove) sentenciados com procuradores diferentes, tendo sido distribuída à minha relatoria em 28 de novembro de 2016 e, desde a referida data, considerando que o feito não foi recepcionado neste Tribunal pronto para julgamento, em razão da ausência de peças de defesa das partes, determinei diligências neste sentido, inclusive com necessidade de expedição de Carta de Ordem com o objetivo de proceder com a intimação pessoal de três apelantes para constituir novo defensor a fim de oferecer razões recursais, bem como a intimação de três advogados para apresentarem justificativa acerca dos motivos que ensejaram a não apresentação das razões de apelo e, por fim, inclusive, a intimação dos patronos do apelante Daniel Gomes da Silva, ora paciente do Habeas Corpus n.º 518384/PE, para oferecer razões recursais no prazo do art. 600, do Código de Processo Penal, em despacho datada de 22 de dezembro de 2017.**

**Importa anotar que outras diligências foram acuradas em despacho que proferi na data de 26 de março de 2018, por motivo de o acusado Daniel Gomes da Silva, ter atravessado petição, protocolada em 14 de março de 2018, revogando os poderes conferidos ao causídico Dr. Marcelo Tigre, OAB/PE n.º 27.543, e mais adiante requereu a habilitação de novos patronos e a devolução do prazo para interposição de oportunas razões de apelação. Diante de aludida informação, o ora impetrante do Habeas Corpus n.º 518384/PE, o advogado Ivanilson da Silva Albuquerque, OAB/PE 33.626 e OAB/DF 49.773 renunciou ao mandato, requerendo a baixa do seu nome da capa dos autos em relação ao acusado Daniel Gomes.**

**Diante disso, determinei a intimação dos advogados Vera Lúcia da Silva Epaminondas - OAB/PE 25028 e Robson Silva de Oliveira - OAB/PE 36829, para no prazo legal apresentar as razões recursais do acusado Daniel Gomes da Silva, bem como a Exclusão do nome dos advogados Marcelo Tigre, OAB/PE n.º 27.543 e Ivanilson da Silva Albuquerque, OAB/PE 33.626 e OAB/DF 49.773, antigos defensores do réu Daniel Gomes da Silva, devendo as futuras intimações e publicações serem feitas nos nomes dos advogados Vera Lúcia da Silva Epaminondas - OAB/PE 25028 e Robson Silva de Oliveira - OAB/PE 36829 devidamente constituídos pelo acusado Daniel Gomes da Silva.**

**Impende destacar, por pertinente, não obstante a habilitação dos causídicos acima referidos para fazerem a defesa do acusado Daniel Gomes da Silva, com a devida apresentação pelos referidos patronos de recurso de apelação em favor do aludido acusado, este vem mudando constantemente de advogados para a sua defesa, tanto que recentemente, na data de 08 de novembro de 2019, habilitou novo patrono, consoante procuração de fl. 6.087, o qual atravessou petição de 'Juntada de Documentação por Linha', às fls. 6.060/6.267, cujos requerimentos finais é o de absolvição do acusado e reforma da pena a ele aplicada.**

**Em virtude do explicitado acima, em que pese a complexidade do feito pelo número excessivo de apelantes, bem como as peculiaridades do caso concreto provocadas pelo próprio paciente Daniel Gomes da Silva, junto**

*esforços para a análise e julgamento do feito o mais breve possível.*

*[...]*

*Informo que os autos da apelação criminal foram remetidos pelo juízo de origem a esse Tribunal de Justiça na data de 01/10/2019, ocasião em que foram entregues em carga à Douta Procuradoria de Justiça em 02/10/2019 para parecer.*

*Informo que os presentes autos me vieram conclusos na data de 23/10/2019 e já está sendo cuidadosamente analisado para remessa ao Revisor" (fls. 270-273, grifei).*

Da leitura do excerto acima transcrito, verifica-se que embora o recurso de apelação da defesa tenha sido distribuído à relatoria da em. Desembargadora do Tribunal de origem em 28 de novembro de 2016, o atraso para a apreciação do recurso se justifica, notadamente pelas peculiaridades da causa, que envolve 19 (dezenove) sentenciados com procuradores diferentes, **bem como pela complexidade do feito, evidenciada pela necessidade de determinação de diligências, tendo em vista que o recurso não foi recepcionado no Tribunal de origem maduro para julgamento**, tendo sido determinada a expedição de carta de ordem para a intimação pessoal de três apelantes para que constituíssem novos defensores a fim de oferecer razões recursais, bem como a intimação de três advogados para apresentarem as razões de apelo das partes, **dentre eles o próprio paciente, o qual, consoante consignado pela em. Relatora, contribuiu para o elástico do prazo para que o recurso estivesse pronto para apreciação.**

**Isto porque foi necessária a intimação dos patronos do ora paciente para que apresentassem razões do recurso, em 22 de dezembro de 2017, e posteriormente o ora paciente protocolou petição requerendo a habilitação de novos patronos e a devolução do prazo para interposição de oportunas razões de apelação, em 26 de março de 2018, não se podendo olvidar portanto de sua contribuição para o excesso prazo contra o qual ora se insurge.**

Ademais, informa o eg. Tribunal **a quo** que os autos foram remetidos àquela Corte em 01/10/2019, *"ocasião em que foram entregues em carga à*

***Douta Procuradoria de Justiça em 02/10/2019 para parecer"***, sendo que foram ***"conclusos na data de 23/10/2019 e já está sendo cuidadosamente analisado para remessa ao Revisor"*** (fl. 273).

Assim, não verifico qualquer elemento que evidenciasse a desídia do aparelho judiciário na condução do feito, o que não permite a conclusão, ao menos por ora, da configuração de constrangimento ilegal.

No mesmo sentido, a jurisprudência desta Corte Superior sobre o tema:

***"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. PARTICULARIDADES DA CAUSA. DIVERSIDADE DE RÉUS, TESTEMUNHAS E INCIDENTE PROCESSUAL. INSTRUÇÃO CRIMINAL PRÓXIMA DE SER CONCLUÍDA. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE. WRIT NÃO CONHECIDO.***

***1. O Supremo Tribunal Federal, buscando dar efetividade às normas previstas na Constituição e na Lei 8.038/90, passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi aqui adotado, ressalvada a existência de flagrante ilegalidade, a autorizar a possibilidade de atuação de ofício.***

***2. Os prazos para a conclusão da instrução criminal não são peremptórios, podendo ser flexibilizados diante das peculiaridades do caso concreto, em atenção e dentro dos limites da razoabilidade.***

***3. Não havendo notícias recentes de que esteja ocorrendo morosidade ou retardo excessivo na implementação dos atos processuais e, considerando-se o fato de que a realização da audiência de instrução em continuação, debates e julgamento foi designada para data próxima, circunstância que denota a iminência do encerramento da instrução criminal, imperioso concluir que eventual demora no trâmite processual se encontra superada.***

***4. Habeas corpus não conhecido"*** (HC 400.441/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 11/10/2017).

**"HABEAS CORPUS' SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MODUS OPERANDI DA CONDUTA DELITUOSA E POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO PACIENTE. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. AUDIÊNCIA DE CONTINUIDADE DESIGNADA PARA DATA PRÓXIMA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. OBSERVÂNCIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

*1. Esta Quinta Turma possui firme entendimento no sentido de que a manutenção da custódia cautelar por ocasião de sentença condenatória superveniente não possui o condão de tornar prejudicado o writ em que se busca sua revogação, quando não agregados novos e diversos fundamentos ao decreto prisional primitivo.*

*[...]*

*Quanto às alegações de excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, tem-se que, em consulta ao andamento processual disponível no endereço eletrônico do Tribunal de origem, o processo segue o trâmite regular, já tendo sido inclusive realizada a primeira audiência de instrução e julgamento e designada audiência de continuação da instrução para oitiva da vítima que se dará por Carta Precatória na comarca de Campo Limpo Paulista no corrente mês.*

*Não há, pois, falar em desídia do magistrado condutor, que tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não verificando assim, a alegada demora na marcha processual.*

*Habeas Corpus não conhecido" (HC 387.733/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe 3/5/2017, grifei).*

**Além disso**, é preciso registrar que a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a análise do excesso de prazo para o julgamento da apelação deve levar em consideração o **quantum** da pena aplicada pela sentença condenatória, que, **in casu**, totaliza **19 (dezenove) anos de reclusão, em regime inicial fechado. Logo, a espera não se me afigura desproporcional**, não estando configurado, ao menos por ora, o constrangimento



ilegal passível de ser sanado pela presente via.

Sobre o tema colaciono os seguintes precedentes desta Corte Superior:

**"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.**

1. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal.

2. Esta Corte tem reiterada jurisprudência no sentido de que a análise do excesso de prazo para o julgamento da apelação deve levar em consideração o quantum de pena aplicada na sentença condenatória. (Precedentes.)

3. Na presente hipótese, o paciente foi condenado a uma pena total de 13 anos, 4 meses e 15 dias. Está dentro dos limites da razoabilidade, portanto, o prazo de 15 meses desde o aviamento do recurso de apelação até a presente data, mormente se considerado que o feito encontra-se concluso para julgamento.

4. Ordem denegada" (HC n. 465.753/PR, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Antonio Saldanha Palheiro**, DJe de 08/03/2019, grifei).

**"HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. PACIENTE CONDENADO À PENA TOTAL DE 25 ANOS E 8 MESES DE RECLUSÃO. REGIME FECHADO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO CRIMINAL. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DO FEITO. DIVERSOS APELANTES. ORDEM DENEGADA.**

1. O excesso de prazo para o julgamento da apelação não pode ser medido apenas em razão do tempo decorrido para o julgamento do recurso, devendo ser apreciado, também, a partir do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em vista a complexidade da causa em julgamento.

2. Eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser aferido em face da quantidade de pena imposta

**na sentença condenatória** (HC n. 234.713/CE, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 12/6/2012, DJe 28/6/2012).

3. Considerando que a pena total a que foi condenado o paciente é de 25 anos e 8 meses de reclusão, bem como a complexidade da causa, que conta com 4 (quatro) réus, alguns foragidos, com defensores diversos, inexistente flagrante excesso de prazo no julgamento dos recursos, pois não demonstrado que, em razão da demora no julgamento das apelações, o paciente encontra-se impedido de usufruir de benefícios relativos à execução da pena, que já foi iniciada, tendo sido expedida a competente guia de execução provisória.

4. Ordem denegada” (HC n. 389.662/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares Da Fonseca**, DJe de 22/05/2017, grifei).

**"HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO "OVERSEA". TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.**

1. **É entendimento consolidado nos tribunais que os prazos indicados na legislação processual penal para a conclusão dos atos processuais não são peremptórios, de modo que eventual demora no julgamento do recurso de apelação deve ser aferida levando-se em conta as peculiaridades do caso concreto.**

2. **Embora haja decorrido cerca de um ano e cinco meses desde a data da prolação da sentença condenatória, noto que os autos foram recebidos na segunda instância há aproximadamente um ano, foi necessária a conversão do feito em diligências em mais de uma oportunidade - até mesmo com a remessa ao Juízo de primeiro grau - e já foi ofertado o parecer do Ministério Público Federal, a evidenciar a proximidade do julgamento do recurso.**

3. **Ordem denegada. Recomendado ao Tribunal a quo que priorize o julgamento do apelo defensivo”** (HC n. 448.058/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 08/03/2019, grifei).

Com efeito, insta consignar que foi determinada a expedição da competente carta de guia, consoante se afere da sentença penal condenatória (fl. 200), a fim de que o paciente possa eventualmente usufruir dos benefícios da

execução penal, notadamente a progressão de regime.

Dessarte, considerando a pena total a que foi condenado o paciente, **19 (dezenove) anos de reclusão, em regime inicial fechado**, não verifico flagrante excesso de prazo para o julgamento do recurso, pois não demonstrado que, **em razão de eventual demora para a apreciação da apelação, o paciente se encontra impedido de usufruir de benefícios relativos à execução da pena.**

Sobre o tema colaciono o seguinte precedente desta Corte Superior:

*"HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. RÉU CONDENADO A 25 ANOS E 8 MESES DE RECLUSÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DE APELAÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. HABEAS CORPUS DENEGADO.*

*1. O excesso de prazo para o julgamento da apelação não pode ser medido apenas em razão do tempo decorrido para o julgamento do recurso, devendo ser apreciado, também, a partir do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em vista a complexidade da causa em julgamento, bem como a pena imposta na sentença condenatória.*

*2. De acordo com as informações prestadas pelo Tribunal de Justiça, o recurso foi registrado em 12/7/2016, distribuído ao Relator em 14/7/2016. Aberto prazo à defesa para apresentação das razões recursais, os autos retornaram ao Tribunal em 9/9/2016. Noticiou, ainda, que encaminhados os autos à procuradoria para parecer, os mesmos foram devolvidos àquela Corte em 13/10/2016. Na sequência, baixados os autos em diligência em 4/11/2016, o recurso foi concluso para à Relatora para julgamento em 15/9/2017. Nesse contexto, considerando os trâmites necessários, a complexidade do feito, com a necessidade de diligências, não se visualiza desídia que possa ser atribuída ao Tribunal, que justifique o relaxamento da prisão por excesso de prazo.*

*3. Outrossim, considerando a pena total a que foi condenado o paciente - 25 anos e 8 meses de reclusão -, não verifico flagrante excesso de prazo para o julgamento do recurso, pois não demonstrado que, em razão de eventual demora para a apreciação da apelação, o paciente se encontra impedido de usufruir de benefícios relativos à execução da pena, que já foi iniciada, tendo sido expedida a competente guia de execução provisória. Por fim, conforme consulta realizada ao andamento processual, no endereço eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que a apelação n. 0152159-10.2008.8.13.0680 foi*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*incluída na pauta de julgamento do dia 5/12/2017.*

4. *Habeas corpus denegado*" (HC n. 414.264/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 1º/12/2017, grifei).

Ante o exposto, embora haja pedido de sustentação oral formulado à fl. 18, estando o v. acórdão recorrido em consonância com o entendimento firmado sobre o tema, pelo Superior Tribunal de Justiça, **nos termos do art. 34, XX, do RISTJ, denego a ordem. Expeça-se, contudo, recomendação ao eg. Tribunal de origem para que imprima a maior celeridade possível no julgamento do recurso de apelação.**

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator